

LEIS ANTI-FUMO AJUDAM A ECONOMIA E NÃO PREJUDICAM A INDÚSTRIA DE HOSPITALIDADE

Traduzido de Fact-Sheet de
Tobacco Free Kids

“Os benefícios das políticas anti-fumo serão ainda mais profundos em longo prazo. A redução na mortalidade e na morbidez graças à limitação da exposição ao fumo passivo e devido ao impacto dessas políticas sobre o abandono do vício aumentarão o capital humano dos países, levando a um maior crescimento econômico.”

-- Parceiros Antifumo, *“Levantando a Cortina de Fumaça: 10 Razões para uma Europa Livre de Cigarros”*, Fevereiro de 2006, p. 50.

Todos os estudos legítimos sobre impacto econômico não demonstram nenhum efeito econômico ou demonstram efeito positivo depois que uma lei anti-fumo passa a vigorar.¹ As evidências que apóiam políticas anti-fumo estão crescendo à medida que mais jurisdições nacionais e sub-nacionais decretam leis anti-fumo.

Ar sem fumaça de cigarro é bom para a saúde, bom para os negócios e bom para a economia.

Vários países, regiões e cidades implementaram leis anti-fumo que envolvem a indústria de hospitalidade. Essas leis normalmente envolvem restaurantes, bares e as partes públicas de hotéis. A maioria delas requer, no mínimo, um conjunto de salas separadas para fumantes com algumas exigências rigorosas sobre ventilação e há aquelas que proíbem fumar nos hotéis.

Desde que essas leis foram implementadas:

- Não foi identificada a diminuição do turismo.
- Os lucros do setor de hospitalidade não diminuíram; em algumas áreas até aumentaram.
- Nenhuma lei anti-fumo que envolve o setor de hospitalidade foi revogada.
- Restaurantes anti-fumo, bares e hotéis provaram ser famosos entre o público.

“O número de fumantes que reclamam quando estão em um quarto onde é proibido fumar é pequeno em comparação com o número de pessoas que reclamam quando ficam em um quarto onde é permitido fumar quando o hotel está com todas as reservas feitas”, disse o gerente geral David Hill. “É um verdadeiro peso que é tirado dos ombros de nossa equipe de serviços (cliente). Nunca voltarei atrás”² (The Westin)

“Nosso foco é atender aos pedidos de nossos hóspedes e eles estão pedindo veementemente quartos anti-fumo,” disse DiPietre. “O número de hóspedes que exigem quartos onde é permitido fumar diminuiu drasticamente nos últimos anos”³ (Walt Disney World Resort Hotels)

Políticas anti-fumo não prejudicam restaurantes, bares, pubs e hotéis

- Uma análise abrangente dos estudos sobre o impacto econômico das leis anti-fumo no ambiente de trabalho concluiu que: “Os melhores estudos relatam que não há nenhum impacto ou há impacto positivo das leis anti-fumo em bares e restaurantes sobre as vendas ou sobre os empregos. Autoridades podem agir para proteger clientes e fregueses das toxinas

do fumo passivo, confiantes ao rejeitar alegações da indústria de que haverá um impacto adverso para a economia.”

- Uma revisão de 2005 de 115 estudos da Austrália, Canadá e Estados Unidos demonstrou que a “legislação anti-fumo não tem impacto negativo sobre as vendas, a rentabilidade, os lucros e a contratação em restaurantes, bares, hotéis e estabelecimentos para jogos a longo prazo”.⁴
- Uma avaliação da lei anti-fumo de 2003 da Nova Zelândia não demonstrou nenhum impacto significativo sobre a indústria do turismo e alguns impactos positivos sobre o setor de restaurantes e cafés. Na verdade, o número de visitantes estrangeiros e seus gastos aumentaram em 1,5% e 3,3% respectivamente em 2005, em nível recorde⁵
- Na Escócia, uma análise dos impactos das restrições para as indústrias hoteleira, de bares e restaurantes, utilizando dados sobre empregos e índices de vendas, “não encontrou qualquer efeito estatisticamente significativo”⁶.”
- Artigos revisados por especialistas concluíram que a lei anti-fumo da cidade de Nova York não prejudicou a indústria de restaurantes e não houve evidências de que a indústria hoteleira tenha sofrido impacto negativo.⁷
- Em julho 2006, a um relatório sobre o Impacto para Economia e a Saúde da Lei de Nova York sobre Ar Limpo em Ambientes Fechados (Clean Indoor Air Act) descobriu que a lei não teve impacto financeiro adverso sobre os bares e restaurantes.⁸ O relatório examinou as receitas fiscais das vendas de 1999 a 2004 a partir de uma amostra de fornecedores que tinham arquivado uma declaração de imposto para cada trimestre.
- Ao seguir a lei anti-fumo da África do Sul, 81% dos restaurantes viram alguma mudança positiva ou nenhuma mudança nas receitas. Os restantes 19% comunicaram uma redução insignificante dos lucros.⁹
- No Uruguai, uma análise econômica dos dados nacionais revelaram que nos seis meses iniciais após a implementação de uma lei anti-fumo nacional, vendas adicionais para restaurantes, bares e clubes não foram afetadas.¹⁰
- Na Argentina, um estudo das leis anti-fumo em Buenos Aires e nas províncias de Córdoba, Santa Fé e Tucuman mostrou que as leis não afetaram negativamente a rentabilidade de bares e restaurantes. No caso de Buenos Aires, existem evidências de que a lei anti-fumo induziu a um aumento na rentabilidade de bares e restaurantes.¹¹
- Desde a implementação de leis anti-fumo na Irlanda, em 2004, os padrões de idas a restaurantes permaneceram quase imutáveis. Além disso, 92% da população afirmaram que haveria maior ou igual probabilidade de ir a um restaurante para comer.¹²
- Na Noruega, as estatísticas de número de freqüentadores de bares e restaurantes ficaram praticamente as mesmas após a proibição do fumo, incluindo os fumantes.
- Uma pesquisa realizada pela ASH UK constatou que 20% dos não-fumantes relataram que têm freqüentado mais os pubs desde a proibição ao fumo no Reino Unido.¹³

- O grupo de casas de jogos Rank, que possui 86 clubes na Inglaterra, afirma que suas ações subiram 8.75% desde a proibição do fumo no Reino Unido¹⁴.
- O Relatório de 2006 da Surgeon General americano (o equivalente ao Ministério da Saúde) sobre *The Health Consequences of Involuntary Exposure to Tobacco Smoke (As Conseqüências da Exposição Involuntária à Fumaça do Tabaco para a Saúde)* examinou numerosos estudos de estados e comunidades locais nos Estados Unidos. O relatório concluiu que, “evidências de estudos avaliados por especialistas demonstram que políticas e regulamentações anti-fumo não têm qualquer impacto econômico adverso sobre a indústria da hospitalidade.”

Agosto de 2008

- ¹ Scollo M, Lal A, et al (2003). Review of the quality of studies on the economic effects of smoke-free policies on the hospitality industry. *Tobacco Control* 12:13-20; see, also Joossens, L, *Smoke-Free Europe Makes Economic Sense: A report of the economic aspects of smoke-free policies*. Smoke-free Europe Partnership (2005). Available online at: <http://www.ehnheart.org/files/Smoke-freeEurope-102853A.pdf>. Accessed on 11.11.2007.
- ² Yancey KB. Westin hotels ban smoking. USA Today [article on the Internet]. 2005 Dec 4 [cited 2008 Jul 1]; [about 2 screens]. Available from: http://www.usatoday.com/travel/news/2005-12-04-westin-smoking-ban_x.htm
- ³ Ellis J. Disney Hotels to Be Smoke-Free.
- ⁴ Luk R, Ferrence R. The Economic Impact of Smoke-free Legislation on the Hospitality Industry. Toronto: Ontario Tobacco Research Unit; 2005.
- ⁵ Edwards R, Bullen C, O’Dea D, et al. After the smoke has cleared: evaluation of the impact of new smoke-free law. Wellington: Ministry of Health; 2006.
- ⁶ Ludbrook, Anne, et al. (2005) International Review of the Health and Economic Impact of the Regulation of Smoking in Public Places. *Health Economics Research Unit and Department of Public Health University of Aberdeen*, p. 51. Available online at: <http://www.healthscotland.com/uploads/documents/InternationalReviewFullReport.pdf>. Accessed on 11.11.2007
- ⁷ Hyland H, et al. New York’s Smoke-free Regulations. *Cornell Hotel & Restaurant Admin Quarterly*. 2003 June. 9-16.
- ⁸ New York State Department of Health (2006). The Health and Economic Impact of New York’s Clean Indoor Air Act, July 2006. New York State Department of Health, Available online at: http://www.health.state.ny.us/prevention/tobacco_control/docs/ciaa_impact_report.pdf. Accessed on 11.11.2007
- ⁹ van Walbeek C, Blecher E, van Graan M. Effects of the Tobacco Products Control Amendment Act of 1999 on restaurant revenues in South Africa – a Surrey approach. *S Afr Med J*. 2007;97:208-211.
- ¹⁰ Ramos A, Curti D. Evaluacion Economica del impacto de la medida de 100% libre de humo de tabaco sobre el sector de la hosteleria en Uruguay [unpublished report; available from author].
- ¹¹ Gonzalez-Rozada M, Molinari M, Virgolini M. The Economic Impact of Smoke-Free Laws on the Sales of Bars and Restaurants in Argentina [working paper]. Buenos Aires: Universidad Torcuato Di Tella; 2008.
- ¹² Office of Tobacco Control (2004). Smoke-Free Workplace Legislation Implementation. Public Health Tobacco Acts 2002 and 2004. Progress Report, May 2004. Available online at: <http://www.otc.ie/uploads/Smoke-free%20workplace%20legislation%20progress%20report%20may%202004%20FINAL.pdf>. Accessed on 11.11.2007
- ¹³ Smoke-free ACTION (2007). As the smoke clears: the myths and reality of Smoke-free England. Available online at: <http://www.smoke-freeaction.org.uk>, Accessed 5 November 2007.
- ¹⁴ “Rank happy with smoke ban results,” *The Scotsman*, 31 August 2007. Available online at: <http://thescotzman.scotsman.com/business.cfm?id=1384522007>. Accessed on 11.11.2007